

Resenha bibliográfica: Relatório sobre as manufaturas, de Alexander Hamilton (Rio de Janeiro: Editora Movimento de Solidariedade Ibero-Americana, 142 P, 1995)*

Júlio César Amorim Castro**

O livro “Relatório sobre as Manufaturas” trata-se de uma obra clássica da ciência econômica, publicada no ano de 1791. No entanto, foi traduzida para o português no ano de 1995, década de enormes mudanças sociais no plano internacional e na matriz econômica do Brasil. A apresentação do livro é feita por Alexandre José Barbosa Lima Sobrinho, advogado, escritor, historiador, ensaísta, jornalista e político brasileiro, eleito deputado federal na década de 30 pelo estado de Pernambuco.

No prólogo do livro, escrito em 1977 por Lyndon LaRouche, economista norte-americano e fundador da antiga revista EIR – Executive Intelligence Review, faz comparações entre esse relatório com obras de diversos economistas, de diferentes pensamentos econômicos, como: Karl Marx, Rees-Mogg, Quesnay, Friedrich List, entre outros. No posfácio, os brasileiros, Lorenzo Bazuá, correspondente no Brasil da EIR, e Geraldo Lino, diretor do Movimento de Solidariedade Ibero-americana (MSIA), falam sobre a influência do sistema americano de economia política no Brasil. Esse apêndice conta um pouco da história do pensamento similar ao de Hamilton por parte de alguns políticos brasileiros, um texto excelente que finaliza o livro de forma magistral.

Antes de citarmos o conteúdo da obra é importante entender a cronologia histórica para situá-la diante da história dos Estados Unidos. Alexander Hamilton nasceu em 1757, na ilha de São Cristovam, o menor país do continente americano e, em 1772, ele chega a Nova York. O Relatório sobre as Manufaturas foi entregue à Câmara dos Deputados em 5 de dezembro de 1791, quando Hamilton foi nomeado o 1º secretário do Tesouro e Fazenda dos Estados Unidos. A guerra civil aconteceu entre os anos de 1861 e 1865. Atualmente, Hamilton é considerado um dos fundadores dos Estados Unidos. Ele foi um estadista, político, acadêmico, comandante militar, advogado, banqueiro e economista norte americano, que inclusive tem seu rosto estampado na nota de U\$ 10,00.

A obra, Relatório sobre as Manufaturas, começa com os cumprimentos de Hamilton ao presidente da Câmara dos Deputados e a afirmação, de forma direta, que os Estados Unidos podem fomentar seu desenvolvimento ao acreditar em potencializar a sua manufatura. O termo manufatura, antigamente era mais comumente usado ao se tratar de indústria, é citado em cada página deste livro. As primeiras páginas relatam a necessidade do empenho do Estado para se fazer da manufatura um setor forte em seu país.

Interessante também que Hamilton, quase sempre, dialoga junto com o setor da agricultura. Ele diz que ouve, dos políticos norte americanos, que o cultivo da terra é a classe mais produtiva de um setor econômico, só que ele, particularmente, não vê relações de cálculos e evidências que sustentam essa hipótese. O autor ainda cita alguns pontos característicos da agricultura que faz com que sua produtividade seja tênue, por exemplo, o fato de ela ser sazonal, a depender de períodos de seca ou chuvas.

Portanto, Hamilton advoga que o investimento apenas no setor agrícola, o maior capital considerado pelos economistas da época, não constitui um ganho certo de capital e que, os Estados Unidos não têm estatísticas para apresentar que confirme que o investimento em terras é o mais compensador para sua economia. Até porque, a produção da agricultura é característica de aprendizado tácito e geralmente, um trabalho realizado por famílias

Chega um momento no Relatório sobre as Manufaturas que, Alexander Hamilton enumera algumas circunstâncias em que o estabelecimento da manufatura pode aumentar a produção de um produto e o rendimento total da sociedade: 1) divisão do trabalho, 2) ampliação do uso da maquinaria, 3) geração de mais empregos, 4) fomento da imigração de países estrangeiros, 5) ênfase a diversidade de talentos, 6) criação de um novo ramo econômico e, 7) assegurar, em alguns casos, uma demanda regular para o excedente do produto da terra.

O autor deixa claro que, a manufatura é harmônica com a agricultura e diante de suas características, tende a empregar mais pessoas, desenvolver novos talentos, gerar empregos diretos e indiretos, gerar inovações e ainda, por não contar com a sazonalidade das estações, pode-se ter demandas mais corriqueiras com pedidos e produção mais estáveis. Nesse momento, Hamilton começa a mencionar que

*Submissão: 02/05/2024 | Aprovação: 29/07/2024 | Publicação: 21/12/2024 | DOI: [10.54805/RCE.2527-1180.v7.n2.166](https://doi.org/10.54805/RCE.2527-1180.v7.n2.166)

**Miami University of Science and Technology- MUST | E-mail: julioceasarmental@yahoo.com.br | ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2877-3614>

o Estado tem um papel importante com suas políticas de proteção à manufatura dos Estados Unidos, pois é um interesse das nações diversificar as ocupações industriais dos indivíduos que as constituem.

Quando chega no meio de sua obra, o autor cita o quanto é importante para um país ter uma manufatura forte, não apenas para resguardar seus interesses nacionais, mas para não depender da relação com o clima e com a economia exterior. Ele ainda diz que, os Estados Unidos naquele momento, era um país excluído do comércio internacional, que precisava de outros países para adquirir quase tudo, exceto na área de comércio interno e agricultura. Além de que, essas situações faziam com que, muitos estados permanecessem pobres, apenas ao fomentar suas vantagens comparativas.

Nesse momento ele fala, novamente, e em muitas etapas da leitura, a questão de que a criação dessas mudanças rumo à indústria, que em sua visão seriam estrategicamente benéficas para a economia dos Estados Unidos, devia acontecer com o estímulo e patrocínio governamental. Subvenções, recompensas e demais auxílios são vistos como indispensáveis para que as empresas de manufaturas pudessem competir com sucesso. Para ele, a ajuda do governo é imprescindível. Na sequência, Hamilton fala sobre a importância das parcerias e alianças e discorre ao ponto, que chegam a ele, opiniões de que os Estados Unidos não têm predisposição ao desenvolvimento de manufaturas por possuir três restrições: escassez de braços, carestia do trabalho e falta de capital.

O autor considera que essas três características são verdadeiras, e uma das passagens mais interessantes dessa obra são os comentários sobre cada uma delas. Sobre a escassez de mão de obra, Alexander Hamilton diz sobre a possibilidade do Estado e das empresas oferecerem treinamentos a seus trabalhadores, inclusive para que possam aprender a operar “a maquinaria”, mas que também o país pode trazer mão de obra de outras nações. Sobre a carestia do trabalho, é mencionado que diversos países industrializados da Europa são mais dependentes de matéria prima do que os Estados Unidos e que, mesmo assim, seus produtos vendidos internamente são mais baratos do que os que chegam em solo norte americano. Com isso o país tem a oportunidade, de rico em diversas matérias primas, criar sua manufatura sem depender de vários desses países europeus.

Na questão de falta de capital, Hamilton se mostra conhecedor da realidade dos Estados Unidos, como se espera de um secretário do Tesouro e da Fazenda. É citado que o mercado interno precisa se desenvolver através de créditos, disponibilizados por diversos bancos. Em sua visão, quanto maior a quantidade de bancos, melhor. Sobre os títulos públicos, Hamilton defende que os Estados Unidos, poderia usá-los para baixar sua dívida consolidada: interna e externa. O autor menciona a lógica dessa estratégia de como ela deve ser realizada em favor do fortalecimento de sua economia, além do que, os títulos públicos podem ser um importante “instrumento” para o fomento industrial do país.

São vinte parágrafos que o autor dá detalhes de como os títulos públicos poderiam ser usados por comerciantes, agricultores e, principalmente, quem fosse abrir sua empresa manufatureira. Por outro lado, aponta também os cuidados que se deve ter, por parte do governo, no ato da emissão e do tempo de vencimento dessa modalidade de investimento à sociedade, a fim de financiar os investimentos na manufatura de seu país. Ele cita algumas oportunidades de aplicação de recursos em diversos ramos do setor manufatureiro, por exemplo: peles, ferro, laminados, madeira, linho, cânhamo, ladrilhos, lousas, cerâmicas, aguardente, licores de malte e artigos de cobre, entre outros.

Duas páginas são dedicadas sobre a produtividade e lucratividade da indústria dos Estados Unidos. Ele diz que o nível de qualidade da manufatura norte americana determina os preços domésticos e que, na medida em que as empresas empregarem mais pessoas, invariavelmente, os preços cairiam. É interessante notar a conjunção de fatores, as conexões, que acontecem quando Alexander Hamilton expõe sua opinião sobre a necessidade dos Estados Unidos de serem um país com uma robusta manufatura. Ele detalha os motivos para se crer que o setor manufatureiro seja mais lucrativo do que o setor agrícola, em maior geração de empregos e pagamento de impostos. Todo seus dizeres são de um político que conhece a realidade de seu país.

Um Estado com robustez de bens de manufatura tende a possuir o essencial para o abastecimento nacional, os meios de sustentação, habitação, vestimenta e defesa. Hamilton menciona que ouve falar que, por mais que os Estados Unidos seja em algum momento referência em manufatura, as regiões Norte e Sul poderiam ter interesses diferentes em questões de desenvolvimento regional e, conflitantes. Os estados do Norte poderiam ter aptidão por manufatura enquanto, o Sul iria continuar a privilegiar a agricultura e os interesses dos fazendeiros. Segundo o autor, isso não seria um problema, pois ambos podem “se socorrer, ajudar-se” mutuamente de modo que, não seria bom, para aquela nação, depender apenas de um único setor econômico.

Ao encaminhar para as últimas páginas dessa obra, Alexander Hamilton menciona alguns fatores de como os Estados Unidos poderiam, por meio de políticas públicas, criar novos setores de manufatura ao tomar as seguintes decisões. 1) tarifas alfandegárias protecionistas para encarecer o produto estrangeiro e fomentar as indústrias nacionais, 2) proibição de artigos rivais, 3) veto à exportação de matérias primas necessárias às manufaturas, 4) subsídios pecuniários, 5) prêmios a produtos de excelência e habilidades e aptidões, 6) isenção tarifária para as matérias primas úteis à fabricação de manufaturas, 7) reintegração das tarifas cobradas sobre as matérias primas para as manufaturas, 8) fomento de novos inventos e descobertas nos Estados Unidos e introdução dos que fossem feitos em outros países, particularmente os referentes à maquinaria, 9) normas prudentes para a inspeção de bens manufaturados, 10) agilização das remessas monetárias de um lugar a outro e, 11) agilização do transporte de mercadorias.

Apesar de ter sido lançada no Brasil, em 1995, escrita em 1791, e lançada no mercado editorial norte americano em 1977, essa obra é um clássico da literatura econômica. Muito de seus conceitos foram adotados por diversos governos dos Estados Unidos em seu processo de desenvolvimento econômico. Esse relatório foi um marco, em questões de debates e reflexões para a criação do sistema

norte americano de economia política. Ainda, contribuiu para debates acadêmicos e políticos que inspiraram o pensamento de diversos economistas ligados à defesa da indústria e desenvolvimentismo. No Brasil, o entendimento dessa obra, também se faz necessário no debate de questões históricas do seu processo de industrialização e desindustrialização. Ainda mais atualmente, tempos em que estamos a discutir a necessidade de reindustrializar o país, o que o governo federal chama de neoindustrialização, que permitirá a nação participar das principais cadeias de manufaturas global com exportações de bens com maior complexidade industrial.

A ciência social reporta que, a melhor forma de se compreender o presente é estudar o passado, junto com a história da criação das sociedades e formação dos países. Apesar de Alexander Hamilton ser considerado um dos fundadores dos Estados Unidos da América, é pouco mencionado no Brasil em debates econômicos. Porém, é importante mencionar que no ano de 1973, tem uma tese de doutoramento de Déa Ribeiro Fenelon, grande historiadora brasileira, com o título: Cairu e Hamilton, um estudo comparativo, que descreve muito os pensamentos de Hamilton. Esse livro é impactante, revolucionário para sua época e um “banho de água fria” em todos aqueles que defendem que o liberalismo foi o modelo político/econômico predominante adotado pelos Estados Unidos, Hamilton defende que o protecionismo e apoio na criação de empresas nascentes de manufaturas em seu país é dever do Estado.

No último parágrafo, Alexander Hamilton termina ao dizer que, os países que usufruem de uma grande riqueza por parte da iniciativa privada, podem ser mais ricos quando os nacionalistas investem em seus próprios países. Mas que, em uma comunidade como a dos Estados Unidos, o erário público deve suprir a deficiência dos recursos privados para o desenvolvimento da nação.